RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE 2021

@viajantefotografo
PORTAL DA TRANSPARÊNCIA
http://www.cit-solucoes.com.br/PortalDaTransparenciaMunicipal/downloads/RRE-2021-20815-4843.pdf
assinado por: idUsuario

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEREZINHA

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

LRF - Lc nº 101 de 04 de Maio de 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

~~**Parágrafo único**. A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.~~

(Revogado)

arágrafo único. A transparência será assegurada também mediante: (Redação dada pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

1o A transparência será assegurada também mediante: (Redação dada pela Lei Complementar nº 156, de 2016)

- incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

~~**II** - liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).~~

(Revogado)

II - liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público; e (Redação dada pela Lei Complementar nº 156, de 2016)

III - adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009) (Vide Decreto nº 7.185, de 2010)

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público. (Incluído pela Lei Complementar nº 156, de 2016)

§ 3o Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios encaminharão ao Ministério da Fazenda, nos termos e na periodicidade a serem definidos em instrução específica deste órgão, as informações necessárias para a constituição do registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas interna e externa, de que trata o

§ 4o do art. 32. (Incluído pela Lei Complementar nº 156, de 2016)

§ 4o A inobservância do disposto nos §§ 2o e 3o ensejará as penalidades previstas no § 2o do art. 51. (Incluído pela Lei Complementar nº 156, de 2016)

§ 5o Nos casos de envio conforme disposto no § 2o, para todos os efeitos, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios cumprem o dever de ampla divulgação a que se refere o caput. (Incluído pela Lei Complementar nº 156, de 2016)

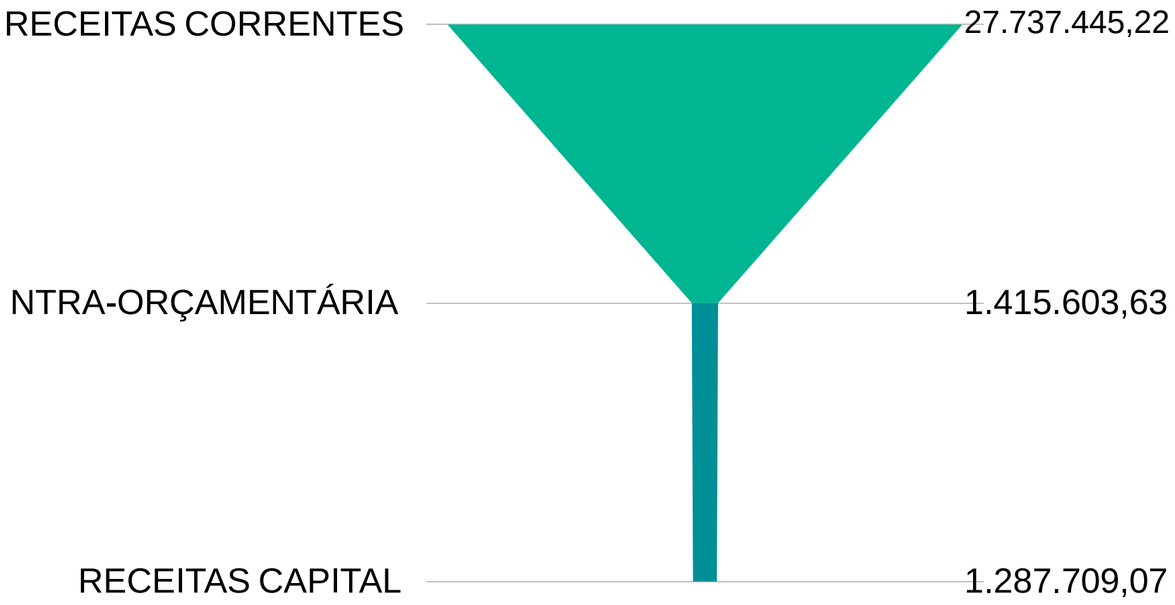
§ 6o Todos os Poderes e órgãos referidos no art. 20, incluídos autarquias, fundações públicas, empresas estatais dependentes e fundos, do ente da Federação devem utilizar sistemas únicos de execução orçamentária e financeira, mantidos e gerenciados pelo Poder Executivo, resguardada a autonomia. (Incluído pela Lei Complementar nº 156, de 2016)

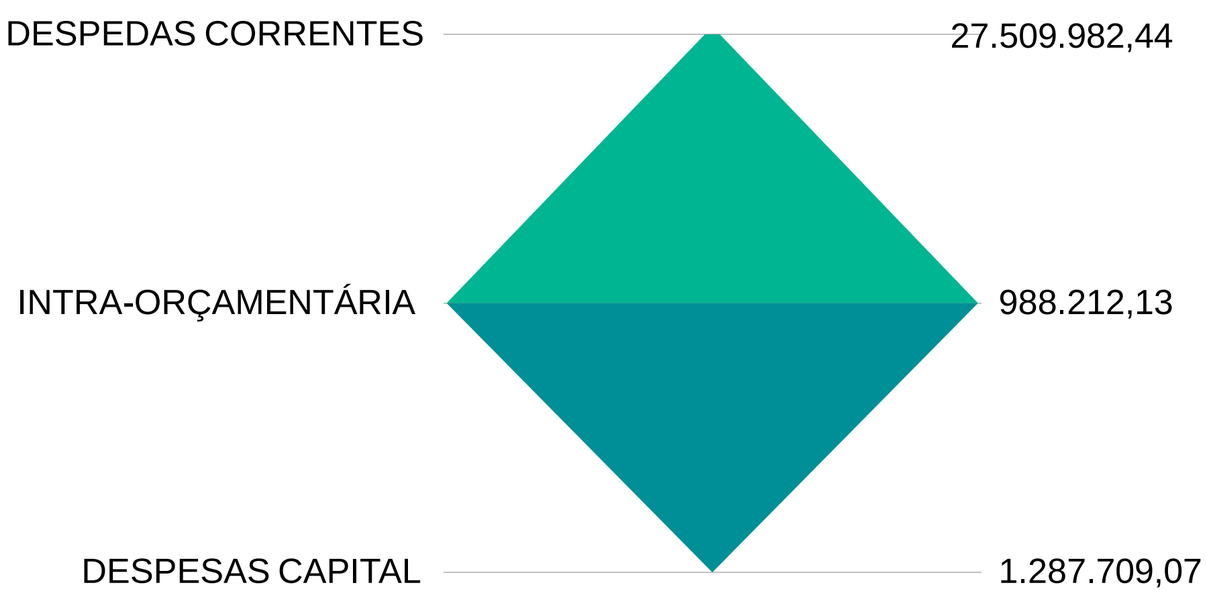
Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a: (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

I - quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

II - quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

PORTAL DA TRANSPARENCIA
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/30-20221208154843.pdf
assinado por: idUser 83





R$30.937.047,66

RECEITAS

R$29.802.289,89

Despesas

PORTAL DA TRANSPARENCIA
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/30-20221208154843.pdf
assinado por: IUOSP 83

PERCENTUAIS 2021

EDUCAÇÃO 25

Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

32,83%

R$ 5.847.669,31

EDUCAÇÃO 70

Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica

70,85%

R$ 4.799.935,05

SAÚDE 15

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos

21,53%

R$3.626.638,57

PESSOAL 54

DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP

64,56%

R$17.661.899,00

PORTAL DA TRANSPARENCIA
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/30-20221208154843.pdf
assinado por: idUser 83

Governo de Terezinha
O trabalho acontece. O resultado aparece

REALIZAÇÃO DA DESPESA

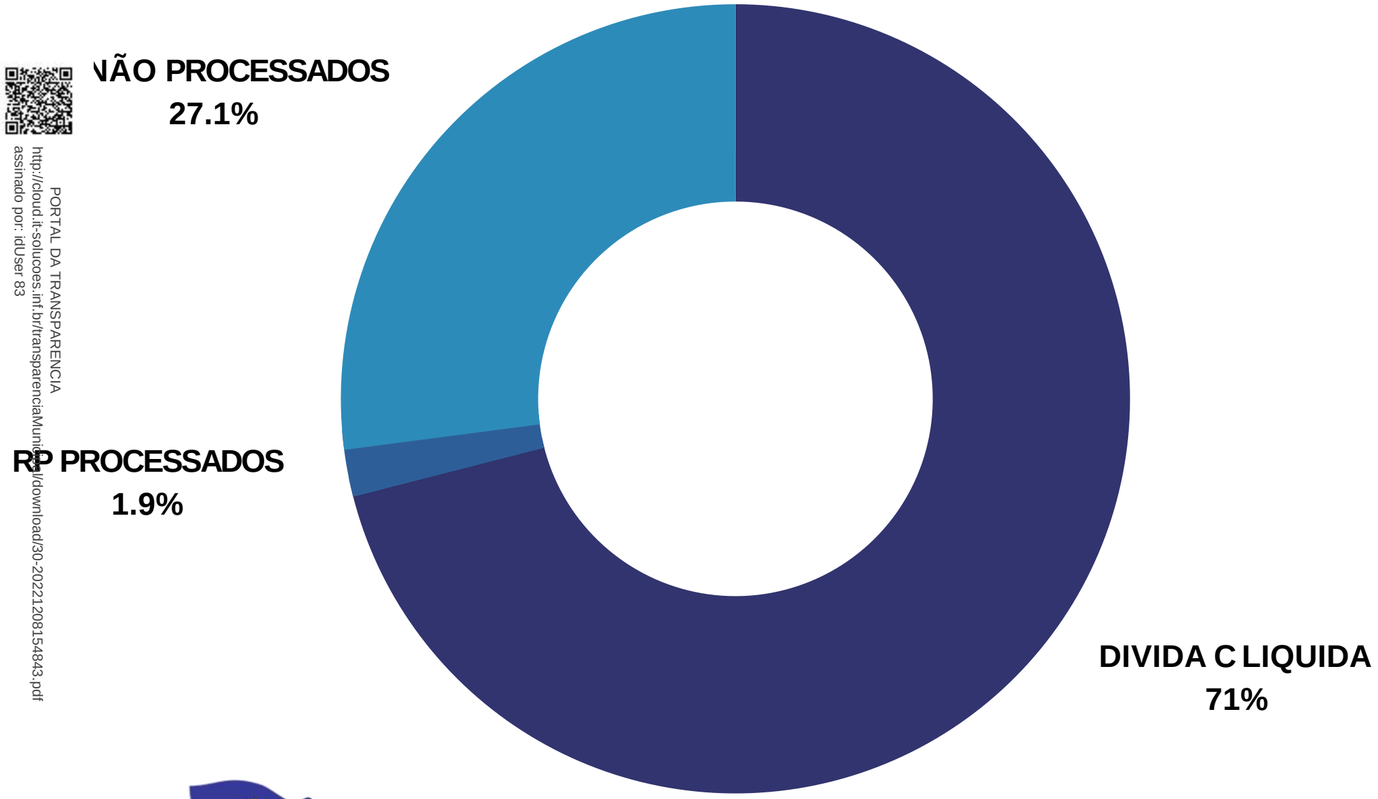
D. EMPENHADA	**R$ 30.937.047,66**
D. LIQUIDADA	**R$ 30.903.085,12**
D. PAGA	**R$ 29.802.289,89**

DADOS DO RREO 6° BIMESTRE 2021

PORTAL DA TRANSPARENCIA
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/30-20221208154843.pdf
assinado por: idUser 83

DIVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

ANUAL 2021



PORTAL DA TRANSPARENCIA
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/30-20221208154843.pdf
assinado por: idUser 83

DCL 2021

DIVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

R$ 110.794,08

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

R$ 42.229,40

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

R$ 3.004.634,94

Obrigado!

Caso tenha alguma dúvida, estamos ao dispor.

PORTAL DA TRANSPARENCIA
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/30-20221208154843.pdf
assinado por: idUser 83

Governo de
Terezinha
O trabalho acontece. O resultado aparece